

PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

NOTA JUSTIFICATIVA

O regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (doravante também designado Regulamento Tarifário), aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 e publicado no Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril, estabelece que, para os sistemas de titularidade estatal, o modelo de determinação das tarifas assenta na definição de proveitos permitidos por períodos regulatórios, o qual tem uma duração de 3 anos no caso do primeiro período (artigos 25.º e 26.º). As tarifas de cada ano resultam da divisão dos proveitos permitidos para cada ano pelas quantidades totais de resíduos urbanos indiferenciados que as entidades gestoras preveem receber em cada ano (artigo 49.º).

Na sequência da apreciação preliminar sobre as propostas de investimentos apresentadas pelas concessionárias dos sistemas multimunicipais de gestão de resíduos urbanos abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho (ao abrigo do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 95.º-A do regulamento tarifário de gestão de resíduos urbanos), assim como da recolha junto das concessionárias de informação sobre os ativos existentes e afetos a cada concessão (realizada no decurso do período de consulta pública do documento complementar ao regulamento tarifário), a ERSAR dispõe já de alguma informação preliminar que permite antecipar cenários de determinação dos proveitos permitidos para o período de 2016 a 2018.

Neste quadro admite-se que da aplicação estrita das regras de definição das tarifas resultantes do regulamento tarifário, nomeadamente do seu artigo 49.º, possam ocorrer, dentro do período regulatório oscilações significativas das tarifas. O mecanismo previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, apenas mitiga o efeito de aumentos tarifários e enquanto exista o saldo aí previsto (correspondente ao acréscimo de gastos referente a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar, deduzido do montante de imposto diferido que lhe está

associado e do valor contabilístico líquido de amortizações e subsídios do conjunto de bens e ativos que não venham a integrar a base de ativos de partida).

Das simulações já feitas conclui-se que este mecanismo poderá não ser suficiente para assegurar estabilidade tarifária no período, particularmente quando se verificarem sucessivas oscilações de sentido contrário.

Face ao exposto, considera-se desejável a introdução no regulamento tarifário de um mecanismo que, sem alterar a metodologia de definição dos proveitos permitidos, permita assegurar a estabilidade tarifária e mitigar o impacto de variações significativas, dependendo de uma análise das circunstâncias concretas de cada entidade gestora.

No que respeita à ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas, considera-se que os benefícios supra apontados justificam a sua adoção. Para além dos custos administrativos associados à definição da tarifa a aplicar e posteriores acertos, poderá haver custos ou benefícios financeiros decorrentes do desfasamento do pagamento/recebimento. Considera a ERSAR que os custos desta medida serão inferiores aos seus benefícios.

Nestes termos, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deliberou, em reunião de 19 de setembro de 2016, nos termos do artigo 12.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º dos respetivos Estatutos, aprovar o projeto de alteração do artigo 49.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e submeter o mesmo a audição do Conselho Tarifário e a consulta pública.

Dado que a necessidade de proceder à alteração ora proposta apenas foi detetada na sequência da recolha de informação no âmbito do procedimento de definição dos proveitos permitidos ora em curso, que a alteração ora proposta só terá efeito útil se entrar em vigor antes de 15 de novembro (data limite para a ERSAR apresentar uma proposta de proveitos permitidos para o primeiro período regulatório), o que não se antevê como possível se o período de consulta pública fosse de 30 dias úteis, e porque está em causa uma alteração muito circunscrita do regulamento, **o Conselho de Administração deliberou fixar um período de 20 dias úteis para a realização da presente consulta pública, ao abrigo do previsto no n.º 1 do artigo 12.º dos respetivos Estatutos.**

Alteração do artigo 49.º do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 – O artigo 49.º do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos (RTR), aprovado pela deliberação n.º 928/2014, de 31 de março de 2014, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 15 de abril de 2014, na redação dada pela deliberação n.º 1152/2015 do Conselho de Administração da ERSAR, de 8 de junho de 2015, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 118, de 19 de junho de 2015, passa a ter a seguinte redação:

«1 – *(atual redação do corpo do artigo 49.º)*

2 – No caso de se preverem oscilações significativas das tarifas dentro ou entre períodos regulatórios, a ERSAR pode, por sua iniciativa ou sob proposta da entidade gestora, apresentada no âmbito da audiência prévia para a definição dos proveitos permitidos, determinar a aplicação de uma tarifa diferente da resultante do número anterior com vista a atenuar aquelas variações, determinando ainda a metodologia para os acertos resultantes desta diferença, a realizar em simultâneo com os ajustamentos previstos no artigo 39.º»

2 – A presente alteração entra em vigor no dia seguinte à sua publicação em Diário da República.